

AGU

O

Relatório
de Gestão

E

O

2



AGU Cidadã
Direito de todos. Dever do Estado!



AGU Cidadã

Direito de todos. Dever do Estado!

“Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.”

Capítulo IV - Funções Essenciais à Justiça - Seção II Constituição Federal



ADVOC



Advocacia-Geral da União

Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 06, Lote 800

CEP: 70610-460 - Brasília(DF) Tel.:(61)3105-8709

Advogado-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Secretário-Geral de Consultoria
Fernando Luiz Albuquerque Faria

Procuradora-Geral da União
Hélia Maria de Oliveira Bettero

Procurador-Geral Federal
Marcelo de Siqueira Freitas

Procuradora-Geral da Fazenda Nacional
Adriana Queiroz de Carvalho

Secretária-Geral de Contencioso
Grace Maria Fernandes Mendonça

Consultor-Geral da União
Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior

Corregedor-Geral
Ademar Passos Veiga

Procurador-Geral do Banco Central
Isaac Sidney Menezes Ferreira

Assessor de Comunicação Social
Adão Paulo Martins de Oliveira

Ouvidora-Geral
Mariana Rodrigues Silva Melo

Diretor da Escola da AGU
Jefferson Carus Guedes

Secretária-Geral
Gildenora Batista Dantas Milhomem

AGU

Essencial à Justiça, Essencial ao País!

Criada pela Constituição de 1988 para representar judicial e extrajudicialmente a União e realizar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Federal, a Advocacia-Geral da União (AGU) congregou atividades anteriormente exercidas pelo Ministério Público (representação judicial) e pelo sistema denominado "Advocacia Consultiva da União" (assessoramento jurídico) que abranja a antiga Consultoria-Geral da República, as Consultorias Jurídicas, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, os órgãos de assessoramento jurídico das secretarias da Presidência da República, bem como os órgãos jurídicos da Administração indireta.

As funções e prerrogativas previstas pela Constituição, e também pela Lei Complementar nº 73 (10/02/1993), exigiu organização temática e espacial compatível com a grandeza da Instituição, assim como preparo mais racional para os seus órgãos vinculados, hoje representados pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil e pela Procuradoria-Geral Federal, esta última abrangendo as demais procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e fundações federais.

Hoje é seguro dizer que onde houver um órgão ou entidade pública do Poder Executivo federal aí haverá um órgão jurídico da AGU ou da PGF para dar-lhe assessoramento jurídico e consultoria profissionais e oportunos. Do mesmo modo, pode-se garantir que onde estiver a Justiça Federal e, em alguns casos, também a Justiça do Trabalho e a comum, além do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, aí também haverá um órgão jurídico da AGU ou da PGF para exercer a representação judicial da União, suas autarquias e fundações e defender o patrimônio e o interesse público e postular em juízo os direitos federais lesados ou ameaçados.

Mais do que um dever de dar transparência às ações de uma Instituição de Estado, as informações constantes deste relatório representam o compromisso da AGU com a eficiência e com a garantia de retorno à população dos recursos orçamentários aplicados. Esta prestação de contas ao cidadão tem a pretensão, também, de apresentar uma instituição que pensa e planeja estrategicamente, defende políticas públicas, busca a redução de litígios, propõe a conciliação em primeiro lugar, incorpora ferramentas tecnológicas e abre as portas para a sociedade.

Índice

Números Globais

PGU

PGF

SGCT

CGU

CGAU

ASCOM

Ouvidoria

EAGU

SGAGU

Números Globais

R\$ 2,11 trilhões economizados/arrecadados;*

31.142 execuções fiscais de autarquias e fundações públicas federais ajuizadas para reaver **R\$ 781,6 milhões**;

1.292 ações de ressarcimento ajuizadas - Destaque para **436 processos** decorrentes de fraude ao INSS;

379 ações propostas contra empresas que não cumprem normas de segurança no trabalho;

Mais de **R\$ 1,5 bilhão arrecadados** em contribuições sociais na Justiça do Trabalho;

683 ações do PAC e empreendimentos estratégicos acompanhadas diariamente;

Acompanhamento de **32 ações** referentes à Copa do Mundo de 2014;

1.062 ações civis públicas incluindo ações de improbidade administrativa (ajuizamento ou intervenção);

Recuperação de **R\$ 400 milhões** desviados por corrupção e monitoramento de **2,3 mil** processos dessa natureza;

Números Globais

2.192 execuções de título extrajudicial, incluindo acórdãos do Tribunal de Contas da União;

Atuação em **135 seções do STF** e apresentação de **1.688 manifestações** ao Tribunal;

Análise de **6.590 ações** envolvendo a União no STF;

Apresentação de Informações presidenciais para **1.006 processos no Supremo**;

Negociação para repatriação de mais de **US\$ 30 milhões** desviados no esquema do Propinoduto;

Repatriação de obras de arte avaliadas em **US\$ 4 milhões**, no caso Banco Santos.

* R\$ 2 trilhões na maior ação da história da AGU, envolvendo a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf); R\$ 11 bilhões envolvendo ressarcimentos a autarquias e fundações públicas, arrecadações de contribuições sociais e recuperação de recursos desviados por corrupção, dentre outras atuações.

A Procuradoria-Geral da União faz a representação judicial dos poderes Legislativo e Judiciário, e da administração direta federal, como os ministérios. Atua desde a primeira instância até o STJ e TSE.

Ações

Internacional

- ③ Negociação junto à Confederação Suíça para repatriação de mais de 30 milhões de dólares desviados dos cofres públicos brasileiros por fiscais envolvidos no esquema do Propinoduto,
- ③ Repatriação de Sean Goldman aos Estados Unidos da América, em cumprimento à Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças,
- ③ Participação no Gabinete de Crise do Haiti, instituído no âmbito da Presidência da República. O papel da AGU foi o de fornecer respaldo jurídico às ações humanitárias de caráter militar e civil executadas pelo Brasil no Haiti;
- ③ Participação na repatriação de obras de arte, valoradas em mais de US\$ 4 milhões e pertencentes a controladores do Banco Santos, apreendidas pelo governo americano a pedido do Brasil por terem origem em crimes financeiros.

Eleitoral

- ③ Participação no GT responsável pela elaboração da cartilha das "Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições", com representantes do GAB/AGU Substituto, da PGU e da SAJ/Casa Civil, e respostas a consultas específicas formuladas por órgãos públicos sobre as condutas vedadas,
- ③ Representação do Presidente da República e da ex-Ministra-Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff em diversas ações judiciais em trâmite perante o TSE, tendo obtido vitórias relevantes.

Patrimônio Público

- ③ Grupo OK: Penhora de valores relativos à locação de diversos imóveis em Brasília, bem como de parte do faturamento do Shopping Iguatemi/DF, como garantia da execução de dívida decorrente do escândalo de corrupção envolvendo a construção do TRT/SP.
- ③ Construtora Gautama - Manutenção da Declaração de Inidoneidade da empresa, que fica impedida de contratar com a Administração Pública Federal.

Trabalhista

- ③ Reconhecimento pelo STF da existência de repercussão geral em processos envolvendo a aplicação da Súmula 331, IV, do TST, em recurso extraordinário interposto pela PGU;
- ③ Atuação conjunta com a Presidência do TST na triagem de processos em que a União possa propor acordo, pela diminuição do passivo processual, conforme metas estabelecidas pelo CNJ;
- ③ Atuação conjunta da PGU, PGF e CGU na elaboração de estratégias de combate à terceirização irregular na Administração Pública e orientação aos órgãos quanto ao não pagamento direto aos empregados terceirizados;
- ③ Criação de mecanismos de consulta a sistemas informatizados para verificação de regularidade fiscal e previdenciária das empresas contratadas

Direitos sociais

- ③ Garantia do não pagamento de reajuste indevido da tabela do SUS.
- ③ Criação dos Comitês de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde (CIRADS), para contemplar as ações no âmbito da saúde pública.

Infraestrutura

- Ⓞ Chesf - Vitória na maior ação judicial da América do Sul impede o pagamento de R\$ 2 trilhões como indenização à construtora.
- Ⓞ Eletronet - Viabilização do Plano Nacional de Banda Larga. Conseguiu-se a liberação da rede de cabos de fibra ótica para ampliação do acesso aos cidadãos, instituições de governo, entidades da sociedade civil e empresas.
- Ⓞ Porto de Belém - Suspensão no STJ de liminar que restringia os serviços de Praticagem.
- Ⓞ Porto de Santos – Garantia a validade do contrato de arrendamento de Terminal. O contrato tem prazo de 25 anos, mediante pagamento de R\$ 221 milhões à vista.
- Ⓞ UHE de Belo Monte - Garantia da realização do leilão para construção da usina.

Outras ações

- Ⓞ Garantia da política pública de incentivo à produção de biodiesel, por meio do Pronaf.
- Ⓞ Garantia de aplicação de direito antidumping provisório sobre importação de calçados chineses.
- Ⓞ Diversas liminares deferidas em reclamações, no sentido de preservar a competência do STJ em relação à impugnação de atos do CJF que concederam vantagens remuneratórias a servidores e membros do Poder Judiciário.

Números

- Ⓞ **1062 ações civis públicas** incluindo ações de improbidade administrativa (ajuizamento ou intervenção);
- Ⓞ **2.192 execuções de título extrajudicial** incluindo acordões do TCU.
- Ⓞ **Recuperação de R\$ 400 milhões** desviados por corrupção e acompanhamento de 2,3 mil processos dessa natureza.



A Procuradoria-Geral Federal tem como função a defesa judicial e extrajudicial de 188 autarquias e fundações públicas distribuídas por todo o país, como INSS, IBAMA, ANTT.

Ações

PAC – GECOPA – Atuações Estratégicas

- ③ UHE Belo Monte – Demonstrada a legalidade do processo de licenciamento ambiental da Hidrelétrica e viabilização do leilão para concessão da exploração elétrica pela ANEEL;
- ③ UHE Foz do Chapecó – Garantida a emissão de Licença de Operação e, de consequência, o funcionamento e a geração de energia elétrica;
- ③ Angra III – Assegurada licença da CNEN para início das obras de concretagem e impermeabilização na região do Edifício Reator e do Edifício Auxiliar do Reator da Unidade III (Angra III), do Complexo CNAEA;
- ③ Ferrovia de Integração Oeste Leste – Demonstrada a higidez do processo de licenciamento ambiental, garantindo a realização da licitação;
- ③ UHE Jirau – Garantida atuação do Ibama, como órgão licenciador, sendo demonstrada a higidez do processo de licenciamento ambiental;
- ③ Trem de Alta Velocidade – Assegurada realização das audiências públicas da ANTT para discutir o empreendimento;
- ③ Audiências Públicas/Ibama – Realizados diversos plantões para garantir a realização de audiências públicas da autarquia e a continuidade do processo de licenciamento ambiental nos casos da UHE Teles Pires, UHE Couto Magalhães, dentre outras;
- ③ Rodovias – Garantida realização das obras de melhoria e ampliação da capacidade do sistema rodoviário das BRs 116/BA e 324/BA; asseguradas as desapropriações para as obras da BRs 280 e 470; viabilizada a duplicação da BR 329, no trecho que liga as Pelotas/RS e Rio Grande/RS, e do trecho sul da BR 101.

Patrimônio Público

- ③ Economia de R\$ 1,5 bilhão, com a extinção de execução contra a UFBA relativa a reajustes salariais dos planos econômicos “Collor” e “Verão”;
- ③ Economia de R\$ 1 bilhão com a exclusão do INSS de execução provida pela ANFIP;
- ③ Utilização de protesto de Certidões de Dívida Ativa;
- ③ Participação permanente nos Grupos Jurídico e Operacional da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enclca);
- ③ Participação permanente na Rede de Controle da Gestão Pública, que confere maior efetividade nas ações de combate a desvios de dinheiro público e à corrupção;
- ③ Auxílio no desenvolvimento do Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – Cadicon

Interesse Social/ Administrativo/Econômico/Ambiental

- ③ Garantida aplicação da Resolução da Anvisa n.º 56, que proíbe a prática de bronzeamento artificial, para fins unicamente estéticos;
- ③ Mantida validade da Resolução n.º 44, da Anvisa, na parte que proíbe a exposição ostensiva de remédios nas farmácias, que representava um estímulo à automedicação;
- ③ Derrubada cláusula de exclusividade imposta pelas cooperativas aos médicos cooperados, que restringia a oferta de serviços;
- ③ Reconhecida a legitimidade da cobrança do PIS e Cofins nas faturas referentes aos serviços de telefonia fixa. Relevância Financeira – Impacto de R\$ 10 bilhões;
- ③ Alteração de guia turístico com visão preconceituosa sobre as mulheres brasileiras;

- Ⓢ Cobrança de multa superior a R\$ 41 milhões aplicada contra siderúrgica por desmatamento de área florestal;
- Ⓢ Garantia de afastamento de garimpeiros da Floresta Nacional do Amapá;
- Ⓢ Suspensão da decisão do TRF da 4ª Região que permitiu a continuidade das obras do aterro sanitário da cidade de Ponta Grossa/PR, sem o devido licenciamento ambiental;
- Ⓢ Impedida transferência irregular dos slots da Pantanal Linhas Aéreas à TAM S.A., que contrariava a regulamentação da ANAC sobre a matéria;
- Ⓢ Implantação do Programa Nacional do Livro Didático e do Programa de Ações Afirmativas referentes ao Sistema de Cotas das Universidades Federais;
- Ⓢ Assegurada validade do exercício do poder de polícia pelo DNC/CNP;
- Ⓢ Garantia o fim das patentes do Viagra e do medicamento Glivec;
- Ⓢ Garantia a validade da prova e dos procedimentos adotados até então pelo MEC em relação ao ENEM 2010

Concurso

- Ⓢ Realização de concurso para preenchimento de cargos de Procurador Federal de 2ª Categoria. A seleção está em andamento.



Números

- Ⓢ **31.142 execuções fiscais** ajuizadas relativas às autarquias e fundações públicas federais, com ressarcimento de R\$ 24,3 milhões;
- Ⓢ **1.292 ações** de ressarcimento ajuizadas, com destaque para 436 processos decorrentes de fraude ao INSS;
- Ⓢ **379 ações** propostas contra empresas que não cumprem normas de segurança no trabalho;
- Ⓢ Mais de **R\$ 1,5 bilhão** arrecadados em contribuições sociais na Justiça do Trabalho;
- Ⓢ Levantamento dos grandes devedores ambientais: 181 créditos inscritos em dívida ativa, com perspectiva de arrecadação de **R\$ 695,1 milhões**;
- Ⓢ Monitoramento diário de **555 medidas judiciais** do PAC, referentes a 77 empreendimentos e de outras 128 ações sobre 14 empreendimentos estratégicos;
- Ⓢ Monitoramento diário de **32 medidas judiciais**, referentes a 4 empreendimentos relacionado à Copa do Mundo de 2014;
- Ⓢ **R\$ 11 bilhões** economizados de janeiro a novembro de 2010.



SGCT Secretaria-Geral de Contencioso

A Secretaria-Geral de Contencioso atua no Supremo Tribunal Federal na defesa dos interesses da União, do presidente da República, dos ministros de Estado, membros dos Poderes Legislativo e Judiciário, TCU e MPU.

Ações

- ③ Manutenção da Lei de Anistia n.º 6.638/79 ampla, geral e irrestrita;
- ③ Defesa das cotas racionais e reservas de vagas para alunos do ensino público nas universidades federais, inclusive com participação em audiência pública convocada pelo STF;
- ③ Garantida a devolução de criança americana ao pai biológico em cumprimento à Convenção de Haia – Caso Sean;
- ③ Termos de cooperação para aprimorar a representação judicial da União nas causas de interesse do CNJ e da Câmara dos Deputados, bem como de seus agentes públicos;
- ③ Defesa da nova Lei de Mandado de Segurança nº 12.016/2009,
- ③ Garantida a aplicação do ENEM na mesma data para todos os candidatos;

Defesa nas ADIs que questionam o Regime de precatórios da EC nº 62/2009,

- ③ Manutenção, na Justiça, de vários decretos presidenciais de desapropriação para fins de Reforma Agrária;
- Garantida legalidade de decretos que criaram unidades de conservação em diversos estados;
- ③ Assegurada a constitucionalidade do Decreto nº 5.820/06 de implantação da TV Digital;
- ③ Demonstrada a regularidade formal do processo legislativo que deu origem à Lei Federal nº 8.429/1992 - Lei da Improbidade Administrativa;
- ③ - Defesa da constitucionalidade das normas que facultam o ensino religioso, de qualquer credo, nas escolas públicas brasileiras.

- ③ Defesa da constitucionalidade das normas que facultam o ensino religioso, de qualquer credo, nas escolas públicas brasileiras.

Súmulas

Em 2010 foram publicadas seis súmulas. De nº 49 a 54, com destaque para as súmulas:

- ③ Nº 51: Autoriza a concessão imediata de pensão por morte àqueles que comprovarem a união estável com servidor público federal falecido;
- ③ Nº 54: A indenização de campo, criada pelo artº 16 da Lei nº 8.216/91, deve ser reajustada nas mesmas data e percentual de revisão das diárias, de modo que corresponda ao percentual de 46,87% das diárias;
- ③ Nº 50: Não se atribui ao agente marítimo a responsabilidade por infrações sanitárias ou administrativas praticadas no interior das embarcações.

Números

- ③ Elaboração de **196 relatórios** sobre sessões/STF;
- ③ Acompanhamento de **135 seções**;
- ③ Apresentação de **1.688 manifestações**;
- ③ Ajuizadas **57 ações**;
- ③ Análise de **6.590 ações** que envolvem a União;
- ③ Análise de **5.742** processos extrajudiciais.

Compete à Consultoria-Geral da União colaborar com o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico do Presidente da República, com a produção de pareceres e informações. Tem, ainda, a função de fixar a interpretação de leis na administração pública federal e solucionar conflitos envolvendo órgãos e entidades federais.

Ações

- ④ Edição de parecer que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros;
- ④ Reconhecimento, em parecer, da possibilidade de a licença-maternidade de seis meses alcançar também empregadas temporárias;
- ④ Publicação de parecer que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários;
- ④ Defesa de obras da Usina Termonuclear Angra III, do PAC, que deve gerar 26 milhões de megawatts por ano a partir de 2013;
- ④ Análise das leis de Anistia Política, Maria da Penha e do Projeto de Lei da Ficha Limpa;
- ④ Edição de parecer que estabelece conversão de licença-prêmio não gozada em dinheiro no ato da aposentadoria;
- ④ Conciliação entre Infraero e Receita Federal do Brasil relacionada a mercadorias extraviadas. R\$ 19 milhões;
- ④ Atuação no processo de conciliação sobre contribuição previdenciária entre INSS e FUNASA, em causa cujo valor ultrapassa R\$ 176 milhões;
- ④ Ampliação da presença da CGU no TCU e coordenação de Comitê criado para garantir segurança jurídica de obras analisadas pelo Tribunal;
- ④ Participação nos GTs sobre Lei Orgânica da Administração Pública e Entes de Colaboração; sobre a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) e sobre a reforma do Código de Processo Civil;
- ④ Início das visitas técnicas nas unidades de execução dos estados por meio do projeto "CGU Aproximação", que visa disseminar melhores práticas, conhecer problemas vivenciados e gerar condições de aprimoramento das medidas emergenciais;
- ④ Elaboração de pesquisa de satisfação das atividades de consultoria realizada pelos Najs nos estados;
- ④ Criação de cartilha de boas práticas na Advocacia Consultiva para o projeto "CGU Modernização";
- ④ Ampliação de autonomia dos consultores para oferecer celeridade aos trabalhos da Consultoria-Geral da União;
- ④ Apresentação de informações presidenciais sobre Decreto que declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais abrangidos pelo Território Comunidade Quilombo Cafundó;
- ④ Publicação de portarias de transposição de Assistentes Jurídicos para o cargo de Advogado da União.

Números

- ④ A CGU/AGU efetuou **2.153 despachos** de conteúdo jurídico,
- ④ Elaboração de informações presidenciais enviadas para **1.006 processos do STF**. Foram analisados **26 ADIs, 26 Mandados de Segurança e 954 Mandados de Injunção**;
- ④ Estão cadastradas no sistema da CGU **117.766 manifestações jurídicas**, englobando pareceres, notas, despachos de teor jurídico e cotas, relativamente a Consultorias e Assessorias Jurídicas e aos Núcleos de Assessoramento Jurídico.

CGAU Corregedoria -Geral

A Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU) fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas e realiza correções nos órgãos integrantes e vinculados à AGU para verificação da regularidade dos serviços jurídicos.

Ações

Patrimônio Público e Probidade Administrativa

- ⊕ Intensificação da atividade correicional ordinária e da investigação preliminar da responsabilidade funcional e da conduta moralmente adequada dos membros da AGU;
- ⊕ Aprimoramento da atividade correicional e do acompanhamento dos trabalhos das comissões de processos disciplinares, por meio do aumento do quantitativo de advogados da União e de Procuradores da Fazenda Nacional em exercício nos setores responsáveis;
- ⊕ Redução do número de processos disciplinares sob a responsabilidade de cada comissão, o que proporcionou a redução do tempo médio de duração das sindicâncias e processos administrativos disciplinares em andamento;
- ⊕ Realização, em conjunto com a Coordenação da Comissão Gestora Nacional, do Programa "Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P";
- ⊕ Incremento da força de trabalho da área fim e meio da CGAU;
- ⊕ Aproximação com Corregedoras dos Poderes Executivo e Judiciário.

Números

- ⊕ Coordenação do Estágio Confirmatório de **250 Advogados** da União e de **981 Procuradores da Fazenda Nacional**;
- ⊕ Aumento de **233%** no número de **correções realizadas** em 2010, em comparação com o ano de 2009;
- ⊕ **Análise de casos** e produção de **356 manifestações** da atividade correicional;
- ⊕ **Instauração de 23 processos** administrativos disciplinares e sindicâncias;
- ⊕ **Redução de 42%** no número de processos administrativos disciplinares;
- ⊕ **7 demissões, 21 suspensões, 2 advertências, 55 absolvições e arquivamentos**;
- ⊕ Elaboração de manifestação para subsidiar julgamento, pelo AGU, em **101 processos administrativos** disciplinares e sindicâncias.



Ascom Assessoria de Comunicação

A ASCOM conta com uma equipe de profissionais de jornalismo e fotografia, responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de divulgação institucional construídas sobre três eixos de atuação: a instituição e os servidores, a instituição e os Três Poderes e a instituição e a sociedade. O departamento tem como objetivo divulgar e esclarecer o papel constitucional da AGU junto à população, garantir a qualidade da produção de notícias de interesse da sociedade e reduzir o tempo de resposta às demandas da

Ações

- ③ Realização de coletivas de imprensa sobre o Parecer da AGU que restringe aquisição de terras brasileiras por estrangeiro; lançamento do Gecopa; e atuação para manutenção do ENEM/2010;
- ③ Atuação proativa nas redes sociais Twitter e Facebook, divulgando informações relevantes sobre a instituição e esclarecendo dúvidas dos usuários. Esse trabalho também colaborou para que a sociedade compreendesse o papel e a importância da AGU;
- ③ Sistema de publicação imediata nas mídias de ações, recursos, coletivas e entrevistas;
- ③ Criado perfil da AGU no site "Flickr" para disponibilizar arquivos de imagem, possibilitando o acesso de toda a imprensa a fotos de eventos da Instituição;
- ③ Criação do projeto piloto do Jornal Mural, voltado para a comunicação interna, que será produzido a partir de 2011;
- ③ Controle de publicidade nos murais do prédio, evitando divulgações não pertinentes à instituição;
- ③ Acompanhamento de blogs particulares e pequenos jornais para garantir que as publicações da AGU estejam corretas;
- ③ Envio de carta de respostas quando ocorrem divulgações incoerentes em jornais, on line e blogs;
- ③ Confeção de balanços e relatórios de gestão com as principais atuações da instituição durante o ano;

- ③ Cobertura em tempo real do IV Seminário da Advocacia Pública Federal, com produção de notícias e fotos;
- ③ Parceira na realização da Campanha "Doe Vidro Doe Vida" para arrecadar vidros doados a banco de leites em Brasília.

Números

- ③ **Produção de 1525 notas** para o site da AGU, média de 7,3 matérias por dia;
- ③ **5093 citações da AGU na imprensa** até 28 de novembro de 2010, média de 23,6 citações por dia;
- ③ Atendimento de **456 demandas de jornalistas** por email e telefone;
- ③ Aumento de **4000 seguidores no Twitter**, que é acompanhado atualmente por 6041 pessoas;
- ③ Publicação de **2052 fotos no Flickr** desde a criação em abril/2010;
- ③ Intermediou **30 entrevistas do Advogado-Geral da União** e 33 de outros dirigentes, além de respostas enviadas por email.



Ouvidoria-Geral

A Ouvidoria-Geral da AGU foi criada para acolher, registrar, encaminhar e acompanhar as providências adotadas em relação às demandas enviadas pelos cidadãos brasileiros e garantir sua resposta, com vistas à promoção da cidadania, da dignidade e do bem-estar.

Ações

- Realização do Curso pro Bono – noções de Direito, para servidores de nível auxiliar e terceirizados, em parceria com a EAGU e Associações de Membros e Servidores da AGU;
- Apoio às ações desenvolvidas pela A3P/AGU - Agenda Ambiental da Administração Pública;
- Realização de palestras sobre assédio moral com a colaboração da Ouvidoria da UFRJ e em parceria com a Escola da AGU;
- Divulgação de palestras sobre o tema da Ética nos Seminários Regionais da Advocacia Pública Federal e Fomento à implementação da Comissão de Ética da AGU;
- Realização da Semana da Saúde, em parceria com a Escola da AGU, Secretaria-Geral, Conjur/MS, PRU e PRF – 1ª Região;
- Colaboração no desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Ouvidoria, em conjunto com a GTI;
- Coordenação e participação da II Oficina de Trabalho realizada pela Ouvidoria-Geral da União;
- Participação e realização de eventos como a Festa Junina, Semana de Valorização do Servidor e confraternização de Final de ano;
- Interlocução com o MPOG para a assinatura de convênio com a Terracap, garantindo a redução de juros em financiamento de imóveis para servidores;
- Realização de campanha de sensibilização e solidariedade às vítimas do terremoto no Haiti e das vítimas das chuvas no RJ e na região Nordeste.
- Participação da Campanha "Doe Vidro, Doe Vida" de doação de potes de vidro para bancos de Leites materno em Brasília, em parceria com a Ascom.
- Realização de Pesquisa de Satisfação dos entes assessorados pela PGF;
- Participação da Campanha do agasalho, em parceria com as PRU1 e PRF1
- Elaboração de pesquisa de satisfação dos órgãos de execução da PGU.
- Realização da pesquisa de satisfação da Ouvidoria em comemoração aos seus 3 anos de criação.
- Participação de Campanha de arrecadação de brinquedos e roupas para crianças carentes, em comemoração ao Dia das Crianças, em parceria com a PRU1.
- Realização de convênio com o SESI para auxiliar no programa VIRAVIDA, que tem por objetivo a profissionalização de jovens vítimas de exploração sexual.
- Visitas a órgãos federais para troca de experiências e início dos estudos sobre a elaboração da "Carta de Serviços ao Cidadão" da AGU.

Números

Recebimento de 3.502 demandas:

- 2.375 solicitações (67%)
- 798 reclamações (23%)
- 239 denúncias (7%)
- 60 sugestões (2%)
- 30 elogios (1%)



Além das demandas mencionadas, o serviço 0800 também atendeu a 164 pedidos de informações.

EAGU Escola da AGU

A Escola da AGU é um centro de captação e disseminação do conhecimento. Promove a atualização e o aperfeiçoamento dos membros das carreiras jurídicas.

Ações

- ④ Participação na elaboração da cartilha de orientações para as eleições em 2010;
- ④ Apoio à criação do Mecimae - Mecanismo de intercâmbio para a Advocacia estatal, com o objetivo de promover a troca de experiências entre instituições congêneres no Mercosul;
- ④ Edição e publicação do livro "Nos limites da história: A construção da AGU";
- ④ Curso de formação de procuradores Federais e advogados da União;
- ④ Participação na Comissão do CPC que avalia e discute proposta de reforma do Código de Processo Civil;
- ④ Realização do 3ª edição Regional da Advocacia Pública Federal; 4ª edição do Seminário Brasileiro da Advocacia Pública Federal, Seminário de Direito Portuário e do II Seminário de Direito Ambiental;
- ④ Reconhecimento da Biblioteca Digital da AGU no Prêmio Inovare;
- ④ Certificação da Revista da AGU pela Capes, selo Qualis. Com isso, a publicação recebe reconhecimento científico e acadêmico;
- ④ Parceria com a UERJ para promoção do curso de Pós-Graduação em Advocacia Pública, com 17 bolsas para membros da AGU;
- ④ Promoção de atividades sociais como o Curso Advocacia Pró-Bono, a Semana da Saúde e Curso de Libras;
- ④ Realização do II Congresso das Carreiras Jurídicas de Estado;
- ④ Primeiro Curso de Formação dos servidores administrativos da AGU;
- ④ Lançamento do Projeto "Datas Comemorativas", com palestras relacionadas a temas sociais de interesse da AGU;
- ④ Edição de seis revistas da série "Publicações da Escola da AGU";
- ④ Parceria com o "Institute of Brazilian Issues", da Universidade de George Washington, para desenvolvimento de programa de capacitação para membros e servidores da AGU;
- ④ Lançamento do projeto Diálogos Diretos em Direito (DDO);
- ④ Primeira edição do Curso de Língua Inglesa, com 45 alunos.



SGAGU Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral é órgão de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União que administra, planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de administração dos Recursos de Informação, de Recursos Humanos, de Serviços Gerais e de Documentação e Arquivos.

Ações

Orçamento e Finanças

- Ⓢ Execução orçamentária: Orçamento autorizado da AGU para o exercício de 2010 (Lei + créditos) foi de R\$ 2.377.208.157,00;
- Ⓢ R\$ 2.062.154.075,00 foram destinados para gastos com pessoal e encargos;
- Ⓢ R\$ 315.054.082,00 foram designados para gastos com outras despesas correntes e de capital, sendo R\$ 37.137.172,00 para atender despesas com benefícios.
- Ⓢ Além dos valores comprometidos com benefícios foram contingenciados R\$ 72.231.858,00, restando o limite de R\$ 205.685.052,00 para movimentação e empenho;
- Ⓢ Na execução financeira, o Decreto nº 7.189 de 30 de maio de 2010, estabeleceu em R\$ 204.060.000,00 o limite de pagamento, para o exercício de 2010, inclusive Restos a Pagar de 2009, correspondente ao grupo de despesa "Outros Custeios e Capital".
- Ⓢ Introdução de aperfeiçoamentos ao site da AGU relacionados à estrutura, velocidade de acesso e incremento de funcionalidades;
- Ⓢ Reestruturação da intranet (RedeAGU) para melhorar as funcionalidades destinadas ao trabalho interno da Instituição;
- Ⓢ Implantação de arquitetura de desenvolvimento de sistemas orientada a serviços, o que confere ampla capacidade de prover softwares melhores e mais ágeis;
- Ⓢ Incremento da capacidade de processamento e armazenamento do CPD da AGU, das linhas de comunicação e dos recursos materiais;
- Ⓢ Viabilização da transmissão de eventos institucionais e de capacitação, ao vivo e com qualidade, a todos os usuários da RedeAGU do país, em parceria com a Escola da AGU.
- Ⓢ Distribuição de certificados digitais para que os membros das carreiras jurídicas possam atuar com segurança nos processos eletrônicos;

Gerência de Tecnologia da Informação

- Ⓢ Implantação da Governança de TI para controle do parque computacional, estabelecendo níveis de serviços, revisão de processos internos e a introdução de novas rotinas;
- Ⓢ Elaboração da Política de Segurança da Informação da AGU, estabelecendo normas e procedimentos que garantem a segurança da informação. O objetivo é preservar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações, descrevendo a conduta adequada para o seu manuseio, controle, proteção e descarte;
- Ⓢ A AGU ficou entre as 100 organizações mais ligadas em TI na pesquisa da revista Info, edição de junho de 2010. Foi a única da categoria Governo;
- Ⓢ Disponibilização da base de normas da AGU no LexML e a hospedagem, no CPD da AGU, de ferramenta destinada a resolver consultas ao portal do LexML;
- Ⓢ Criação do modelo institucional de estruturação de redes sem fio, com rígidos requisitos de segurança e disponibilidade;
- Ⓢ A GTI figurou entre as cinco mais inovadoras na escolha do melhor Gerente de TI do país nessa categoria, no setor "Governo"

Números

- ⊗ **5896** Advogados Públicos Federais na ativa;
- ⊗ **636** Advogados Públicos Federais aposentados;
- ⊗ **2.083** cargos criados exclusivamente para apoio administrativo;
- ⊗ **1.816** servidores do executivo lotados permanentemente na AGU;
- ⊗ **1.816** servidores na ativa;
- ⊗ **2.295** servidores requisitados e/ou cedidos;
- ⊗ Realização de concurso para provimento de **110 cargos** administrativos.



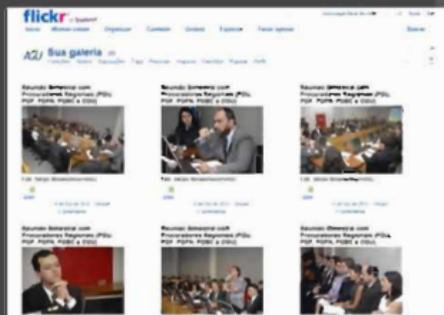


twitter

www.twitter.com/advocaciageral

facebook

www.migre.me/wLpX



flickr

www.flickr.com/photos/advocaciageraldauniaio



AGU Cidadã
Direito de todos. Dever de Estado!